

PROJETO DataClima+

Fortalecimento do Sistema Nacional de Transparência no Brasil no Âmbito do
Acordo de Paris

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE
PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR E EXECUTAR A
ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO E COMUNICAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES
DE GÊNERO.

Brasília, 15 de setembro de 2025

TERMO DE REFERÊNCIA (TdR) PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM COMUNICAÇÃO, ENGAJAMENTO E GÊNERO

Sumário

1.	Introdução	4
1.1	Projeto DataClima+	4
1.2	Quadro de Outputs do Projeto.....	5
2.	Justificativa	6
2.1.	Geral	6
2.2	Aspectos de comunicação, engajamento e gênero no projeto	7
3.	Objeto da Contratação	9
4.	Atividades, produtos, apresentação e aprovação.....	9
4.1	Diagnóstico de Gênero	10
4.2	Elaboração do Plano de Ação de Gênero	10
4.3	Elaboração da estratégia de engajamento e comunicação	11
4.4	Implementação do GAP e da estratégia de comunicação e engajamento	13
4.5	Relatórios de acompanhamento e análise.....	13
4.6	Eventos de lançamento do DataClima+	14
4.7	Apoio ao relatório de meio ano	14
4.8	Apresentação e aprovação dos produtos	15
4.9	Gerais	15
5.	Cronograma de execução e pagamento	16
6.	Responsabilidade Técnica	19
7.	Segurança da informação.....	20
8.	Direitos Autorais e de Propriedade Intelectual.....	21
9.	Qualificação da Empresa	21
9.1	Requisitos obrigatórios	21
9.2	Requisitos desejáveis	21
10.	Qualificação da Equipe Técnica.....	22
10.1	Perfis obrigatórios	23
10.2	Perfil Desejável.....	25
11.	Garantia e Penalidades	25
12.	Diretrizes gerais.....	25

ANEXO 01. Diretrizes para o Plano de Ação de Gênero (GAP na sigla em inglês)	27
ANEXO 02. Partes interessadas e envolvimento previsto para engajamento	29
ANEXO 03. Catálogo de produtos e serviços – comunicação e engajamento	35
ANEXO 04. DOD, DOR e Critérios de aceite	37
ANEXO 05. Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.....	41
ANEXO 06. Modelo sugerido de estrutura para currículo.	46

1.Introdução

1.1 Projeto DataClima+

O Projeto DataClima+ de Iniciativa de Capacitação para Transparência (*CBIT - Capacity-building Initiative for Transparency*) visa fortalecer o sistema de transparência climática do Brasil para atender aos requisitos da Estrutura de Transparência Aprimorada (*ETF - Enhanced Transparency Framework*) sob o Acordo de Paris.

Por meio do DataClima+, o Brasil formalizará e agilizará a governança dos dados climáticos necessários para cumprir os requisitos do ETF e subsidiar a tomada de decisões, abordando assim os desafios de Mensuração, Relato e Verificação (MRV) relatados em Comunicações Nacionais anteriores.

Para produzir informações climáticas de alta qualidade, o país aprimorará e otimizará seu ciclo de gestão de dados climáticos, inclusive no que se refere ao planejamento, coleta de dados, processamento e análise de dados, publicação e compartilhamento de informações, preservação e reutilização de dados.

Assim, o projeto desenvolverá e implementará políticas, regras, processos, estruturas organizacionais e tecnologias seguindo as melhores práticas de governança e gestão de processos de negócios, com procedimentos padronizados e bem documentados que servem de base para a abordagem de gestão do conhecimento organizacional, aumentando a eficiência do sistema e, principalmente, a produtividade do MCTI na elaboração dos relatórios de transparência posteriores.

Além disso, o projeto implementará os arranjos institucionais necessários para a recepção oportuna de dados brutos e fornecerá a capacitação necessária para garantir que os principais interessados se beneficiem do sistema de informação recém-desenvolvido.

Suas ações serão executadas pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), sob liderança do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

As atividades estão organizadas em quatro componentes, quais sejam:

Componente 1: plataforma integrada de dados climáticos.

Componente 2: módulos de transparência climática aprimorada sensíveis ao gênero

Componente 3: formulação de políticas nacionais baseadas em dados climáticos sensíveis ao gênero.

Componente 4: monitoramento e avaliação.

1.2 Quadro de Outputs do Projeto

A seguir encontra-se o quadro de *outputs* do Projeto por componente.

Componente 1	<p>1.1 Requisitos de dados, fontes e lacunas para preparar relatórios de transparência da UNFCCC¹ e apoiar a elaboração de políticas nacionais sensíveis ao gênero são identificados e divulgado</p> <p>1.2 Um sistema DataClima+ sensível ao gênero é projetado, construído e disponibilizado para as principais partes interessadas.</p> <p>1.3 Um mecanismo institucional para operacionalização do DataClima+ por entidades governamentais é estabelecido.</p> <p>1.4 Arranjos institucionais para que as entidades forneçam dados ao DataClima+ são estabelecidos.</p> <p>1.5 Um programa nacional de capacitação para o DataClima+ é projetado e disponibilizado às partes interessadas nacionais.</p> <p>1.6 Uma estratégia de comunicação e engajamento de partes interessadas sensível ao gênero para o DataClima+ é projetada e implementada com as principais partes interessadas.</p>
Componente 2	<p>2.1 Um manual de processo, bases de dados, ferramentas e modelos para uso do módulo de relatório de inventário nacional de GEE do DataClima+ (módulo SIRENE) estão disponíveis para o MCTI.</p> <p>2.2 Um manual de processo, bases de dados, ferramentas e modelos para uso do módulo de adaptação do DataClima+ (módulo AdaptaBrasil MCTI) estão disponíveis para o MCTI.</p> <p>2.3 Um manual de processo, base de dados, ferramentas e modelos para uso do módulo de acompanhamento da NDC do DataClima+ estão disponíveis para o MCTI.</p> <p>2.4 Um manual de processo, base de dados, ferramentas e modelos para uso do módulo de meios de implementação do DataClima+ para acompanhamento de suportes necessários e recebidos estão disponíveis para o MCTI.</p>
Componente 3	<p>3.1 Um manual de processo, bases de dados, ferramentas e modelos estão disponíveis para as partes interessadas nacionais para avaliar a eficácia dos cenários de políticas setoriais para atingir as metas climáticas nacionais por meio do DataClima+ (módulo SINAPSE).</p> <p>3.2 Arranjos institucionais entre entidades governamentais para a integração do DataClima+ no planejamento nacional (incluindo a estratégia de longo prazo) e nas instâncias orçamentárias são estabelecidos.</p>
Componente 4	<p>4.1 Os produtos de monitoramento e avaliação são entregues.</p>

¹ UNFCCC: *United Nations Framework Convention on Climate Change*

2. Justificativa

2.1. Geral

Adotado em 2015, o Artigo 13 do Acordo de Paris estabeleceu uma Estrutura de Transparência Aprimorada (ETF), que aumenta a ambição de transparência das mudanças climáticas e os requisitos de relatórios para todas as Partes do acordo.

Na 24ª Conferência das Partes, realizada em Katowice em 2018, os países acordaram Modalidades, Procedimentos e Diretrizes (MPGs², sigla em inglês) para o ETF, que entrará em vigor em 2024. Conforme o Acordo de Paris e os MPGs, todas as Partes são obrigadas a preparar e enviar Relatórios de Transparência Bienais (BTR³, sigla em inglês), que precisam incluir o seguinte:

- i. Um inventário nacional atualizado de emissões de gases de efeito estufa (GEE) por fontes e remoções por sumidouros;
- ii. Informações sobre o progresso no alcance de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC⁴, sigla em inglês); e
- iii. Informações sobre o apoio necessário e recebido para ações climáticas.

Além disso, segundo o Artigo 7 do Acordo de Paris, cada Parte deve, conforme apropriado, enviar e atualizar periodicamente uma comunicação de adaptação como um componente ou em conjunto com outras comunicações ou documentos.

O Brasil enfrenta grandes desafios para cumprir o Artigo 13 do Acordo de Paris, que exige a transparência nas ações climáticas. Relatar emissões de gases de efeito estufa (GEE), necessidades e recebimento de apoio, implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e ações de adaptação é um processo complicado devido a diversos fatores.

Primeiro, o Brasil tem uma população de mais de 200 milhões de pessoas, distribuídas em um sistema federal com um Distrito Federal, 26 estados, mais de 5.000 municípios e 37 ministérios. A situação socioeconômica, com milhões de pessoas vivendo em pobreza, também dificulta o alinhamento entre as metas nacionais e o desenvolvimento sustentável.

Segundo, a coleta e análise de dados climáticos é complicada pelo tamanho e diversidade geográfica do país, além do complexo perfil de emissões. As emissões de GEE vêm principalmente do uso da terra e mudanças no uso da terra, além de setores como agropecuária, energia e transporte. A diversidade de biomas e a responsabilidade

² MPGs: *modalities, procedures, and guidelines*

³ BTR: *biennial transparency reports*

⁴ NDC: *nationally determined contribution*

descentralizada entre ministérios e entidades federais dificultam a harmonização dos dados.

Por fim, a estrutura federal descentralizada complica a identificação do apoio internacional necessário e das ações de adaptação. A complexidade aumenta devido às múltiplas interconexões e transversalidades nas questões de transparência climática, envolvendo aspectos não climáticos e variados tipos de fontes de dados.

Grandes volumes de dados brutos são necessários para entender e antecipar os efeitos das mudanças climáticas em diferentes setores e regiões do Brasil. Portanto, é necessária uma abordagem holística e integral para o gerenciamento de dados com o objetivo de produzir informações de transparência climática que também considerem os cobenefícios das ações climáticas e dos esforços para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Uma abordagem holística é igualmente necessária para garantir a integração efetiva das informações climáticas no planejamento e formulação de políticas nacionais.

As principais barreiras para fortalecer a estrutura de transparência do Brasil para atender às demandas da estrutura de transparência aprimorada sob o Acordo de Paris foram identificadas na Quarta Comunicação Nacional do Brasil (2021) e em discussões com as principais partes interessadas dos países. Elas podem ser agrupadas nas seguintes categorias:

B1. Ausência de uma estrutura centralizada de dados e arranjos institucionais insuficientes para coletar, monitorar e relatar dados climáticos e usá-los para a formulação de políticas.

B2. Desenvolvimento desigual de módulos de transparência e abordagens ad hoc para conformidade com o ETF e seus MPGs.

2.2 Aspectos de comunicação, engajamento e gênero no projeto

O forte engajamento das partes interessadas é fundamental para a adoção de um sistema de transparência. Uma campanha de comunicação bem-sucedida aumentará a probabilidade de que os dados sejam coletados a partir das fontes mais confiáveis e relevantes, e de que os resultados do sistema de transparência possam informar processos de tomada de decisão em diversos setores. Do ponto de vista de um sistema de transparência, o engajamento e a comunicação devem facilitar: i) a coleta de dados; e ii) a adoção dos resultados do MRV pelas partes interessadas. Quanto maior o

engajamento, melhor (e mais útil) será o sistema de transparência para a tomada de decisões baseada em evidências e para a produção de relatórios.

O objetivo de uma **estratégia de comunicação e engajamento de partes interessadas sensível às questões de gênero** é garantir que as partes interessadas-chave estejam cientes do DataClima+ e compreendam seu valor no apoio ao Brasil para o cumprimento de seus compromissos climáticos internacionais e na promoção de um desenvolvimento sensível ao clima. Além disso, busca engajar as partes interessadas no desenho da plataforma e de seus diferentes módulos, para assegurar que atenda às necessidades dessas partes, contribuindo assim para a apropriação e o comprometimento de longo prazo com o sistema. Tal estratégia deverá adotar uma abordagem explícita de gênero, enfatizando a comunicação dos aspectos de gênero a partir:

- dos dados de entrada (por exemplo, acesso à energia, acesso a recursos naturais);
- dos resultados provenientes de cada módulo do DataClima+, incluindo os relatórios do ETF (por exemplo, elementos de gênero nas NDCs, BURs/BTRs, Planos de Adaptação, apoio necessário e recebido);
- das estruturas de governança do projeto CBIT e do DataClima+.

O GEF (Global Environment Facility) e o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) assumiram compromissos firmes com abordagens sensíveis a gênero em seus trabalhos, sendo, portanto, essencial que este projeto CBIT esteja alinhado a essas diretrizes. Dessa forma, o projeto seguirá as Orientações de Programação do CBIT, a Política de Integração de Gênero do GEF e a Política de Gênero do PNUMA.

As considerações de gênero estarão presentes desde a concepção de um quadro de transparência sensível a gênero. O projeto abordará a questão em duas frentes.

Na coleta e análise de dados o DataClima+ avaliará (e incluirá em suas estimativas de custos) quais dados devem ser coletados para garantir que seus módulos tenham a resolução necessária para identificar tendências e vieses de gênero. Isso incluirá a geração e/ou análise de dados desagregados por sexo. O sistema será projetado para avaliar como custos, benefícios e riscos decorrentes das NDCs, Planos de Adaptação, Estratégias de Longo Prazo (LTS) e ações de mitigação são distribuídos, permitindo a identificação de possíveis desigualdades antes que ocorram.

Na governança e capacitação o projeto CBIT também refletirá sobre si mesmo, buscando equilíbrio de gênero em suas estruturas de governança, adotando

abordagens participativas e promovendo atividades de capacitação com perspectiva de gênero e materiais de comunicação inclusivos.

Além disso, o projeto se beneficiará das atividades da Plataforma Global de Coordenação sobre Gênero, principalmente no âmbito do resultado "Assistência prestada a países para integrar o Plano de Ação de Gênero da UNFCCC em marcos de transparência reforçada", do projeto do GEF "Plataforma Global de Capacitação para a Transparência (CBIT)".

Adicionalmente, as desigualdades de gênero no acesso a informações climáticas e na participação em decisões políticas são desafios a serem enfrentados. Existe uma necessidade de obtenção de dados desagregados por sexo para embasar políticas públicas que procurem enfrentar as desigualdades de gênero.

É preciso, para tanto, criar um Plano de Ação de Gênero do projeto (GAP, na sigla em inglês), para alinhar as ações propostas e os documentos produzidos com os compromissos nacionais e internacionais assumidos, como o Acordo de Paris, por exemplo.

3. Objeto da Contratação

O presente Termo de Referência (TdR) é parte do processo para contratação de uma empresa de **consultoria especializada em comunicação** para elaborar e executar um Plano de Ação de Gênero e uma estratégia de comunicação e engajamento sensível às questões de gênero, que além de engajar e comunicar seja capaz de integrar a perspectiva de gênero no projeto DataClima+, garantindo alinhamento com políticas nacionais e internacionais, e monitorando os impactos diferenciados por gênero nas atividades do projeto.

Em função da necessidade da participação em reuniões presenciais em Brasília (DF), a vaga se destina, preferencialmente, a empresas com sede ou representação na capital.

4. Atividades, produtos, apresentação e aprovação

Os dois produtos principais são a elaboração e implementação do Plano de Ação de Gênero e da estratégia de consulta, comunicação e engajamento de partes interessadas sensível ao gênero. Contudo, há outras atividade e produtos esperados para essa contratação. O escopo do trabalho da consultoria abrange:

4.1 Diagnóstico de Gênero

Elaborar diagnóstico do contexto nacional de gênero e, mais especificamente, do contexto de gênero no âmbito das mudanças climáticas, dos relatórios de transparência, da coleta de dados e da governança do DataClima+. Apresentar uma análise de desigualdades em ações climáticas no Brasil, identificar e definir diretrizes gerais para incorporação de gênero de forma transversal às atividades do projeto, que sirvam como norteadores para elaboração do GAP, da estratégia de comunicação e engajamento.

Estima-se um prazo de **um mês** para elaboração desse produto.

As principais responsabilidades da consultoria incluem:

- Realizar pesquisas detalhadas sobre as circunstâncias nacionais relacionadas ao gênero e fornecer as informações necessárias para capturar desigualdades de gênero nas ações climáticas do Brasil, bem como elementos de *design* relacionados aos resultados do sistema.
- Estabelecer contato com a Comissão de Gênero e Mudança do Clima (CGCC) do Ministério do Meio Ambiente, em questões relacionadas ao gênero.
- Identificar órgãos governamentais, ONGs, organizações comunitárias e associações ou grupos de mulheres cujo trabalho seja focado em gênero e na área específica de intervenção do projeto, para serem envolvidos na preparação e implementação dos documentos do projeto.
- Consultar o Ministério das Mulheres e outras instituições relevantes sobre dados e orientações relacionados ao gênero.
- Coletar dados de base, desagregados por sexo, para monitorar potenciais impactos de gênero, identificando e documentando lacunas de informação existentes.
- Identificar métricas necessárias e indicadores para garantir o alinhamento de gênero nos sistemas desenvolvidos no âmbito do projeto.
- Avaliar e desenvolver recomendações para o desenho de um NCCR (Registro Nacional de Comunicação sobre o Clima) com perspectiva de gênero.

4.2 Elaboração do Plano de Ação de Gênero

Um Plano de Ação de Gênero (GAP) é o roteiro das atividades relacionadas à igualdade de gênero que um projeto ou instituição adotou para si, com o objetivo de corrigir desigualdades de gênero existentes de forma sistemática (**Anexo 01**).

O GAP é uma ponte entre a análise de gênero e a implementação, sendo uma ferramenta que ajuda a traduzir e tornar visíveis os resultados da análise de gênero na

implementação e avaliação do projeto. O GAP do DataClima+ deve avaliar e definir ações para cada um dos componentes do projeto sob a perspectiva de gênero.

A empresa CONTRATADA deverá elaborar o GAP considerando a garantia de que todas as atividades do projeto estejam alinhadas com as políticas de gênero relevantes do MCTI, UNEP e GEF. Deverá, também, avaliar e identificar potenciais impactos diferenciados por gênero no projeto.

Estima-se um prazo de **um mês** para elaboração do GAP.

4.3 Elaboração da estratégia de engajamento e comunicação

A principal atividade da empresa CONTRATADA será definir, elaborar e implementar uma estratégia de engajamento de partes interessadas e comunicação para 10 (dez) anos, visando a adoção em larga escala do DataClima+. A estratégia deverá cobrir e detalhar as ações a serem realizadas ao longo da duração do projeto CBIT – estimada em 34 (trinta e quatro) meses.

A estratégia de engajamento de partes interessadas identificará os atores relevantes dos setores público e privado, com foco em fornecedores de dados, usuários de dados e grupos vulneráveis a riscos climáticos. A lista de partes interessadas será baseada na lista preliminar incluída no documento do projeto (**Anexo 02**), declarando claramente os papéis, interesses e vulnerabilidades; além de incluir meios de engajamento e orientações para reuniões e oficinas.

A estratégia de comunicação é entendida como um tipo específico de engajamento. A estratégia deverá indicar claramente o escopo, o público-alvo, os resultados pretendidos, as mensagens-chave, o meio apropriado e um plano de trabalho detalhado para as atividades que ocorrerão na fase de execução do projeto.

A empresa CONTRATADA será a responsável direta, durante os 34 (trinta e quatro) meses de vigência do contrato, pela implementação das campanhas e ações de comunicação conforme a estratégia elaborada.

Quanto à **comunicação**, a estratégia deve incluir os seguintes elementos:

- Uma seção específica no documento sobre considerações de gênero para as campanhas de consulta, comunicação e engajamento, alinhadas com as recomendações do GAP.
- Concepção de campanhas de comunicação, incluindo escopo, resultados esperados, mensagens-chave de acordo com a evolução do projeto, meios apropriados (para cada tipo de parte interessada) e um plano de trabalho para sua implementação.

- As campanhas de comunicação deverão incluir ações específicas para cada módulo, e um evento anual *online* que informe sobre o progresso do projeto e como o DataClima+ contribuirá para a preparação do ETF e para a formulação de políticas públicas.
- Elaboração de materiais de divulgação como brochuras, panfletos, fotografias, anúncios, etc.
- Envio de correspondência via Gerenciador de Relacionamento com o Cliente (CRM).
- Vídeos de apresentação do projeto tanto institucional quanto para redes sociais.
- Manutenção e atualização do site do projeto e das contas do projeto em redes sociais, com criação de notícias.
- Para a criação de conteúdo, a CONTRATADA deverá coordenar e estabelecer canais de diálogo com as partes interessadas mapeadas.
- Manter diálogo ativo com a [plataforma internacional do CBIT](#)⁵, fornecendo informações para atualização da área do Brasil.

Quanto à **consulta e ao engajamento**, a estratégia deve incluir os seguintes elementos:

- Objetivos da estratégia.
- Identificação de partes interessadas relevantes dos setores público e privado, da academia e de outros, com foco em provedores de dados e usuários do sistema. O mapa de partes interessadas relevantes deve se basear na lista incluída neste documento (**Anexo 02**), identificando a relação com o sistema, localização, entidades representadas por cada parte interessada, interesses, papéis atuais e desejados, e riscos em relação ao desenvolvimento e à execução do sistema.
- Representantes de grupos vulneráveis (com base em gênero, raça, proximidade de áreas de alto risco ou quaisquer outras considerações relevantes) também devem ser identificados e convidados a participar do projeto.
- As partes interessadas deverão ser categorizadas utilizando uma matriz de poder-interesse.
- Cronograma de engajamento segmentado por parte interessada (públicos-alvo) e meios (digitais e analógicos, como, por exemplo, redes sociais e *press releases*), com objetivos esperados e métricas para avaliação – plano de trabalho de engajamento. Tal cronograma deverá estabelecer os tempos de apuração, produção, aprovação e ativação dos produtos e serviços.
- Atribuição de responsabilidades dentro da equipe do projeto.

⁵ [Home | Climate Transparency Platform](#)

- Atividades frequentes de relações públicas (RP) com as partes interessadas.
- Métricas para monitorar o nível de engajamento.
- Seção específica sobre considerações de gênero para as campanhas de consulta e engajamento.

Todos os materiais e ações de comunicação deverão ter linguagem inclusiva e acessível para alcance mais diversos possível.

Detalhes sobre os serviços, produtos e atividades que poderão compor o plano estratégico de engajamento e comunicação são apresentados na Lista de Preços Unitários (LPU), no **Anexo 03** deste TdR. Na LPU é apresentado um descritivo do item, características da entrega esperada, equipe a ser alocada (quando aplicável), e forma de medição quando da execução da estratégia.

Estima-se um prazo de **um mês** para elaboração da estratégia de engajamento e comunicação.

4.4 Implementação do GAP e da estratégia de comunicação e engajamento

Após a aprovação do GAP e da estratégia de comunicação e engajamento pelo MCTI a empresa CONTRATADA deverá iniciar a implementação dos planos, conforme documentos aprovados. As atividades, produtos e serviços a serem executados deverão estar de acordo com a LPU.

A proposta apresentada para a fase de execução do GAP e da estratégia de comunicação e engajamento deverá trazer o valor unitário por serviço e produto, conforme a LPU (**Anexo 03**), e contemplar todos os custos com encargos, impostos, taxas, dentre outros.

Estão previstos 31 (trinta e um) meses de implementação dentro dos 34 (trinta e quatro) meses do projeto. No item 5 deste TdR são apresentadas mais informações sobre a dinâmica dessa fase do contrato.

4.5 Relatórios de acompanhamento e análise

A empresa CONTRATADA será a responsável pelas atividades e indicadores do GAP e da estratégia de comunicação e engajamento, apresentando relatórios semestrais à *Chief Technical Advisor* (CTA). Nesse relatório a CONTRATADA deverá:

- Apresentar as evidências das ações de comunicação e de engajamento realizadas no período, incluindo fotos dos eventos, documentos produzidos, público alvo previsto e efetivamente atingido, custos envolvidos, atas de reunião, entre outras.
- Avaliar a execução do GAP e da estratégia de consulta, comunicação e engajamento de partes interessadas sensível ao gênero, examinando criticamente as atividades, resultados, riscos e oportunidades futuras.
- Monitorar riscos e impactos de gênero nas atividades do projeto.
- Revisar e propor eventuais alteração no cronograma de atividades.
- Apresentar sumário executivo com descritivo crítico e sucinto do processo de elaboração do relatório, as principais recomendações e ações, as atividades planejadas, os objetivos a serem alcançados no próximo período, os indicadores a serem monitorados e os riscos identificados para a implantação.

Estão previstos **5 (cinco) relatórios** de análise dentro dos 34 (trinta e quatro) meses do projeto.

4.6 Eventos de lançamento do DataClima+

O objetivo desses eventos é apresentar a plataforma DataClima+, em sua versão já operacional, em nível nacional e regional. A empresa deverá prever criação de artes para material de divulgação (arte para redes sociais e impressos), apoio na elaboração da programação e estratégia de divulgação.

Os eventos de lançamento deverão estar previstos na estratégia de comunicação e engajamento. Estão previstos um evento nacional para 200 (duzentos) participantes e 5 (cinco) eventos regionais para 50 participantes por região.

4.7 Apoio ao relatório de meio ano

Uma vez por ano, durante os quatro anos de contrato, a empresa deve coletar as informações necessárias sobre comunicação, engajamento e gênero e participar da elaboração do relatório de reporte aos financiadores do DataClima+. Os relatórios de meio ano irão coincidir com os relatórios de acompanhamento uma vez por ano e espera-se que a empresa seja capaz de auxiliar nas análises e na elaboração dos dois documentos dentro de um período de um mês de atividades. *É importante notar que existem muitas sinergias entre os produtos a serem entregues.*

Estão previstos **4 (quatro) relatórios** “de meio ano”, nos quais devem ser relatados o andamento do GAP e das demais atividades do projeto, informando e avaliando o atingimento das metas de gênero previamente definidas.

4.8 Apresentação e aprovação dos produtos

Todos os relatórios intermediários e finais deverão ser escritos em língua portuguesa e deverão ser entregues em Word para revisão e em Word e PDF após aprovação. A consultoria deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos aprovados para o FUNBIO e o MCTI em meio digital (e-mail ou em nuvem), com confirmação de recebimento.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência dos responsáveis técnicos indicados no **item 5** deste TdR e será realizada em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de entrega de cada produto. Caso sejam necessárias adequações e ajustes, a Equipe Gestora do Projeto poderá solicitar até 3 (três) revisões dos produtos. A aprovação dos produtos estará condicionada a análise técnica de qualidade e de conformidade com a solicitação constante neste TdR; os critérios de avaliação e aceite de cada produto estão descritos no **Anexo 04**.

A CONTRATADA deverá entregar os arquivos editáveis de todos os produtos e materiais produzidos durante o planejamento e execução tanto do Plano de Ação de Gênero quanto da estratégia de comunicação e engajamento. Isso inclui, a título de exemplo, flyers, materiais de treinamento, peças para internet (posts, banners, vídeos curtos), apresentações, relatórios e publicações em geral. Itens desenvolvidos em plataformas digitais como Miro e Figma deverão ser disponibilizados por meio de *links* de acesso com permissão de edição, bem como em arquivos exportados, preferencialmente em formatos editáveis e abertos, de modo a garantir a utilização pelo MCTI independentemente das plataformas originais.

Da mesma forma, todos os materiais audiovisuais deverão ser entregues, incluindo não apenas as versões finais, mas também o material bruto (arquivos de imagem, vídeo e áudio originais), devidamente organizados e acompanhados das autorizações e direitos de uso correspondentes sempre que necessário, de forma a assegurar sua plena utilização pelo MCTI.

4.9 Gerais

Para os 3 (três) primeiros meses de contrato, quando estarão sendo elaborados o diagnóstico de gênero, o GAP e a estratégia de comunicação e engajamento, a proponente deve considerar a participação de uma pessoa coordenadora – ponto focal (e de parte da equipe envolvida, quando necessário) em reuniões semanais de acompanhamento. Essas reuniões deverão ocorrer de forma virtual e/ou presencial

alternadamente (presencial a cada quinze dias e virtual a cada quinze dias). As reuniões presenciais poderão ser realizadas tanto no MCTI quanto no escritório do FUNBIO, ambos em Brasília (DF).

Após a conclusão da elaboração da estratégia de comunicação e engajamento, durante a fase de implementação, até o final do contrato, a empresa deverá manter a participação em reuniões periódicas, mas nessa fase com periodicidade quinzenal..

As reuniões a serem realizadas durante toda execução dos serviços, tanto as virtuais quando as presenciais em Brasília, seja no MCTI ou no Funbio, devem ser devidamente documentadas e registradas através de listas de presença e memórias de reuniões, elaboradas pela consultoria.

A relação dos documentos de referência consultados deve ser feita de acordo com as recomendações da ABNT e os quadros e tabelas deverão especificar as fontes dos dados.

A consultoria CONTRATADA não poderá ser substituída durante a execução do contrato, sob pena de rescisão de contrato. Qualquer alteração, devidamente justificada, só poderá ser feita mediante a aprovação da CTA e submetida ao contratante para análise.

A CONTRATADA poderá prestar os serviços de consultoria objeto deste TdR de forma remota ou presencial, conforme a necessidade e conveniência das partes.

5.Cronograma de execução e pagamento

O contrato de consultoria deverá ter duração de 34 (trinta e quatro) meses de execução (1020 dias), com vigência de 37 (trinta e sete) meses (1110 dias), considerando o prazo de 30 (trinta) dias para análise pelo MCTI do último relatório do projeto e possíveis revisões.

O valor da remuneração pelos serviços deve ser proposto pela empresa interessada considerando:

- (1) um valor **fixo** para a fase de elaboração dos produtos iniciais (diagnóstico, GAP e estratégia de comunicação e engajamento) e relatórios semestrais de supervisão; e
- (2) valores unitários na LPU, utilizando a planilha do Anexo 03, para a fase de implementação, cujo faturamento será por medição no modelo contrato guarda-chuva.

O pagamento será em parcelas vinculadas à entrega dos produtos, para os relatórios fixos, e por medição conforme LPU, para a fase de implantação. A seguir é apresentada uma proposta de cronograma, com o período do projeto em que produto deve ser entregue, o tempo estimado para execução/elaboração do produto e o prazo de entrega (em meses e dias), considerando a data de assinatura do contrato, e a respectiva distribuição dos valores para pagamento.

Nº	Produto	Período do projeto	Tempo estimado de elaboração	Prazo de entrega (mês/dias)	Valor (%)
1	Diagnóstico de gênero	Mês 1	1 (um) mês	1 / 30	15% do fixo
2	Plano de Ação de Gênero (GAP)	Mês 2	1 (um) mês	2 / 60	15% do fixo
3	Estratégia de comunicação e engajamento	Mês 3	1 (um) mês	3 / 90	20% do fixo
4	Cinco Relatórios de Supervisão (incluindo apoio aos relatórios de meio de ano)	Meses 5 a 10	Cinco períodos de 1 (um) mês cada	10 / 300	10% do fixo
5		Meses 11 a 16		16 / 480	10% do fixo
6		Meses 17 a 22		22 / 660	10% do fixo
7		Meses 23 a 28		28 / 840	10% do fixo
8		Meses 29 a 34		34 / 1020	10% do fixo
9	Quinze Relatórios de Execução	Mês 6	Quinze períodos de 5 (cinco) dias cada	6 / 180	Medição conforme LPU
10		Mês 8		8 / 240	
11		Mês 10		10 / 300	
12		Mês 12		12 / 360	
13		Mês 14		14 / 420	
14		Mês 16		16 / 480	
15		Mês 18		18 / 540	
16		Mês 20		20 / 600	
17		Mês 22		22 / 660	
18		Mês 24		24 / 720	
19		Mês 26		26 / 780	
20		Mês 28		28 / 840	
21		Mês 30		30 / 900	
22		Mês 32		32 / 960	
23		Mês 34		34 / 1020	
24	Eventos de Lançamento do DataClima+	Mês 31	1 (um) mês	31 / 930	Medição conforme LPU

Qualquer alteração no cronograma, após sua aprovação, poderá ser feita desde que aprovado pela CTA e de comum acordo entre as partes.

Para a fase de execução do GAP e da estratégia de comunicação e engajamento, a empresa selecionada deverá seguir o formato e ritos de um contrato guarda-chuva. As etapas para execução dos serviços e pagamento serão as seguintes:

1. Com base no GAP e na estratégia de comunicação e engajamento, a empresa CONTRATADA deve apresentar a programação de atividades para os próximos dois meses, detalhando os produtos, serviços, quantidades, valores unitários conforme LPU e valor total para o período.
2. A programação é aprovada pelo MCTI, repassada ao FUNBIO e poderá ser implementada após as devidas providências administrativas
3. Qualquer alteração durante a execução do plano bimestral deverá ser previamente aprovada pela CTA.
4. No final do período, bimestralmente, a empresa deve apresentar um relatório executivo comprobatório do plano executado para fins de aprovação e faturamento.
5. MCTI emite o Termo de Recebimento e Aceite (TRA) e segue-se o processo de autorização de faturamento, emissão de NF e faturamento.

Contratos com prazo de duração maiores que 12 (doze) meses terão seus valores ajustados a cada 12 (doze) meses pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A empresa CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br, com cópia para dataclima@funbio.org.br).

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da cobrança e do Termo de Recebimento e Aceite – TRA (documento emitido pelo responsável técnico identificado no **item 5**, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

Serão deduzidos, no ato dos pagamentos, os descontos estipulados por lei.

Deverão estar inclusos no custo do contrato, e correrão por conta da CONTRATADA, a remuneração de todos os serviços prestados pela consultoria e todo e qualquer custo associado. Eventuais despesas com passagens aéreas, hospedagem, alimentação, deslocamento, assim como pagamento de serviços de terceiros, moderador para oficinas e materiais de consumo necessários para o desenvolvimento dos trabalhos, ficarão a cargo da empresa CONTRATADA, conforme logística e planejamento a serem estabelecidos. Todos os encargos sociais de todos os tipos estipulados na legislação fiscal e trabalhista serão deduzidos no ato dos pagamentos.

6. Responsabilidade Técnica

Quando da contratação da empresa selecionada para execução dos serviços a responsabilidade técnica para a aprovação dos produtos/serviços objeto deste TdR será do Diretor Nacional e/ou do Coordenador Nacional do projeto DataClima+, que são servidores do MCTI, lotados em Brasília – DF, onde serão executadas as atividades contratadas.

Os dados dos responsáveis técnicos são os seguintes:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI - Coordenação de Mudanças Ambientais Globais – COMAG - Coordenação-Geral de Ciência do Clima - CGCL

Os responsáveis técnicos irão contar com o apoio da Consultora Técnica Chefe (CTA - *Chief Technical Advisor*) para acompanhamento das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho. A CONTRATADA fornecerá à CTA todos os elementos necessários ao processo de acompanhamento dos trabalhos executados para a elaboração do projeto.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste termo de referência.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais aos responsáveis técnicos pelo MCTI e/ou à gestão do projeto no Funbio, de forma online ou presencial, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos ou outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA. Insumos necessários

7. Insumos necessários

A CONTRATADA deve fornecer uma série de recursos e suporte para sua equipe técnica, garantindo que todos estejam bem equipados e capacitados para realizar seu trabalho de maneira eficaz, conforme os itens a seguir.

- a) Equipamentos e Tecnologia: a CONTRATADA deve fornecer os equipamentos necessários para o trabalho, como computadores, telefones, software especializado e qualquer outro hardware ou software relevante para a consultoria;

- b) Materiais de Consumo: inclui suprimentos de escritório, materiais de apresentação, impressões, papelaria e outros itens necessários para a execução das tarefas;
- c) Ambiente de Trabalho Adequado: a CONTRATADA deve fornecer um ambiente de trabalho seguro e confortável, com instalações adequadas, como escritórios, salas de reuniões e recursos de tecnologia para facilitar o trabalho colaborativo;
- d) Suporte Técnico e TI: a CONTRATADA deve garantir que a infraestrutura de TI esteja funcionando sem problemas, bem como oferecer suporte técnico para resolver problemas de TI, o que é fundamental para o desempenho eficaz dos consultores;
- e) Políticas e Diretrizes: a CONTRATADA deve estabelecer políticas claras relacionadas ao trabalho, ética, comportamento no local de trabalho e outras diretrizes relevantes para orientar o comportamento dos funcionários;
- f) As atividades principais poderão ser conduzidas remotamente, porém é essencial que uma pessoa de referência, indicada pela CONTRATADA como responsável pelas atividades técnicas, esteja disponível para reuniões presenciais e/ou virtuais regulares com a equipe do projeto.

O MCTI providenciará as informações necessárias para apoiar a execução das atividades e elaboração dos produtos, como acesso às bases de dados do projeto e sistemas institucionais, quando necessário.

8. Segurança da informação

A CONTRATADA deverá observar rigorosamente a [Política de Disseminação de Informação do FUNBIO](#)⁶ e a [Política de Segurança da Informação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação](#)⁷.

Isso inclui garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados processuais. Todas as medidas técnicas e administrativas necessárias devem ser implementadas para proteger os dados contra acessos não autorizados, alterações, destruições, perdas, divulgações acidentais ou ilícitas.

A CONTRATADA deverá, também, assegurar que todos os dados pessoais sejam tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a privacidade e a segurança das informações durante todo o ciclo de vida do projeto.

⁶ <https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2020/07/P-37-Politica-Diss-Informacao-V3-maio2023.pdf>

⁷ https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MCTIC_n_4711_de_18082017.html

Todos os colaboradores envolvidos deverão assinar o Termo de Manutenção e Sigilo (**Anexo 05**).

9. Direitos Autorais e de Propriedade Intelectual

Todos os direitos de propriedade intelectual, incluindo os produtos, documentos e informações produzidos durante o ciclo do projeto, a titularidade integral de códigos-fonte e dos direitos de uso de sistemas e API desenvolvidos serão de propriedade exclusiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Isso abrange todos os resultados, conhecimentos técnicos, documentos, softwares e demais produtos gerados durante a execução das atividades previstas.

10. Qualificação da Empresa

9.1 Requisitos obrigatórios

Para executar com qualidade as atividades descritas neste Termo de Referência, a empresa candidata deverá comprovar experiência prévia, de no mínimo 2 (dois) anos:

- na elaboração e implementação de diagnósticos, estratégias e planos de ação de comunicação, preferencialmente com enfoque de gênero e aplicados a temas socioambientais — experiências relacionadas a mudanças climáticas ou governança ambiental ou políticas públicas climáticas serão um diferencial;
- no desenho, orientação e acompanhamento de estratégias de consulta ou engajamento ou comunicação, preferencialmente com perspectiva de gênero — experiências em contextos institucionais e com múltiplas partes interessadas (governo, ONGs, comunidades, organismos internacionais etc.) serão um diferencial;
- na elaboração de diagnósticos ou planos de ação ou pareceres e relatórios técnicos ou conteúdo jornalístico e informativo, de forma clara, sistematizada e em conformidade com diretrizes institucionais e metodológicas, preferencialmente utilizando normas ABNT.

9.2 Requisitos desejáveis

Como **requisitos desejáveis**, que serão diferenciais na avaliação, a empresa candidata deverá comprovar experiência prévia:

- na realização de análises de desigualdades de gênero, preferencialmente em contextos ambientais e climáticos — experiências ligadas a transparência climática ou NDCs ou adaptação climática serão um diferencial;

- na atuação em monitoramento e avaliação de planos ou políticas ou projetos sensíveis ao gênero, incluindo a proposição de indicadores de gênero, coleta de dados desagregados e emissão de relatórios técnicos e pareceres críticos;
- na articulação e estabelecimento de parcerias com instituições governamentais e organizações da sociedade civil, preferencialmente com grupos de mulheres e instâncias de governança pública relevantes ao tema de gênero ou clima, como Ministério das Mulheres, MMA, MCTI e comissões interministeriais, por exemplo;
- com projetos financiados por GEF, PNUMA, PNUD, Banco Mundial ou similares, especialmente aqueles que envolvam requisitos de reporte, planejamento estratégico e indicadores de impacto com enfoque transversal de gênero.

A experiência da empresa deverá ser comprovada por meio da apresentação de currículo e portfólio de trabalhos, com atestados de capacidade técnica ou contratos semelhantes emitidos em favor da licitante em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas. Alternativamente, poderão ser apresentados em formato digital, desde que assinados com certificado digital válido, em conformidade com a legislação vigente, e passíveis de verificação por meio de sistemas protegidos. A empresa também deve informar os endereços do seu sítio na internet e das suas redes sociais.

A empresa CONTRATADA deverá realizar os trabalhos para os quais foi designada, incluindo as fases de escritório e de campo, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

11. Qualificação da Equipe Técnica

A CONTRATADA deverá possuir equipe de profissionais com formação de nível superior, de categoria pleno ou sênior, com mais de 2 (dois) anos de experiência na sua função / perfil, sendo composta por no mínimo 5 (cinco) perfis obrigatórios (jornalista, designer, relações públicas, gestor de mídias sociais, conteudista) e um desejável (especialista em gênero). A CONTRATA deve garantir que a equipe técnica alocada no projeto atenda, comprovadamente, às funções listadas a seguir. Uma mesma pessoa da equipe pode acumular mais de uma função, desde que devidamente comprovada a experiência relevante para cada função.

Não serão aceitos currículos no formato Lattes. Sugestão de estrutura de currículo é apresentada no **Anexo 06** deste TdR. O processo seletivo considerará a análise da empresa, análise curricular e apresentação do projeto a ser realizada pela pessoa de referência indicada pela empresa.

10.1 Perfis obrigatórios

Jornalista

Requisitos Obrigatórios:

Formação superior em jornalismo, comunicação social ou curso semelhante. Experiência em redação jornalística, assessoria de imprensa ou comunicação corporativa.

Requisitos Desejáveis:

Pós-graduação em Comunicação Pública, Marketing Digital ou áreas correlatas. Experiência com crises de imagem e gestão de reputação. Conhecimento em produção de releases, pautas institucionais e *media training*.

Designer

Requisitos Obrigatórios:

Formação superior em design gráfico, publicidade ou áreas afins. Experiência em criação de identidade visual, materiais institucionais e para redes sociais. Domínio de Adobe Creative Suite (Photoshop, Illustrator, InDesign).

Requisitos Desejáveis:

Portfólio com projetos para órgãos públicos ou grandes marcas. Conhecimento em *motion design* (After Effects, Premiere). Diplomas avançados (especialização, mestrado ou doutorado) em design gráfico, publicidade ou áreas afins.

Relações Públicas (RP)

Requisitos Obrigatórios:

Formação superior em relações públicas, comunicação, marketing ou áreas afins. Experiência em gestão de imagem institucional, eventos e relacionamento com partes interessadas.

Requisitos Desejáveis:

Diplomas avançados (especialização, mestrado ou doutorado) em relações públicas, comunicação, marketing ou áreas afins. Certificação em gestão de crise ou comunicação organizacional. Inglês avançado para interação com parceiros internacionais. Vivência em *media training* e comunicação de crise.

Gestor de Mídias Sociais

Requisitos Obrigatórios:

Formação superior em publicidade, marketing, jornalismo ou áreas correlatas. Experiência em gestão de redes sociais (Instagram, LinkedIn e Twitter).

Requisitos Desejáveis:

Diplomas avançados (especialização, mestrado ou doutorado) em publicidade, marketing, jornalismo ou áreas correlatas. Certificação em *Social Media Marketing* (Meta, Google Ads). Experiência com influenciadores e campanhas patrocinadas. Domínio de métricas de engajamento (Google Analytics, Meta Business Suite).

Conteudista

Requisitos Obrigatórios:

Formação superior em jornalismo, letras, publicidade, marketing ou áreas afins. Experiência em produção de conteúdo, com destaque para internet (blogs, sites, redes sociais).

Requisitos Desejáveis:

Diplomas avançados (especialização, mestrado ou doutorado) em jornalismo, letras, publicidade, marketing ou áreas afins. Conhecimento em *storytelling*. Experiência com conteúdo bilíngue (inglês/português). Domínio de SEO e redação persuasiva.

10.2 Perfil Desejável

Especialista em Gênero

Requisitos Obrigatórios:

Diploma de nível superior (bacharelado) em áreas relevantes para o tema deste TdR, como comunicação, jornalismo, relações públicas e internacionais, antropologia, sociologia, serviço social e psicologia.

Experiência mínima de 2 (dois) anos em projetos de gênero, preferencialmente nos contextos de educação e clima.

Requisitos desejáveis

Diplomas avançados (especialização, mestrado, doutorado ou equivalente) em estudos de gênero, antropologia, sociologia, serviço social, estudos do desenvolvimento ou área relacionada, com foco em desenvolvimento internacional, gênero ou direitos humanos. Excelente compreensão da situação internacional e brasileira de gênero, preferencialmente com uma perspectiva de mudanças climáticas. Compreensão das questões globais de mudanças climáticas, em particular aquelas relacionadas à transparência, bem como das metas climáticas do Brasil na NDC.

12. Garantia e Penalidades

Todos os produtos desenvolvidos deverão ter uma garantia de 90 (noventa) dias após a entrega final de cada produto, durante a qual a CONTRATADA deverá corrigir qualquer erro ou defeito identificado, sem custos adicionais para o MCTI ou para o FUNBIO.

O descumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA poderá resultar na aplicação de penalidades, incluindo multas e rescisão contratual, conforme especificado no contrato.

13. Diretrizes gerais

Os serviços de consultoria objeto deste TdR seguirão as orientações dos responsáveis técnicos pelo MCTI e da gestão do projeto no Funbio. O ponto focal técnico para a implementação das atividades e no que se refere à gestão do contrato é a Consultora Técnica Chefe (CTA - *Chief Technical Advisor*)

A execução das atividades deverá seguir as diretrizes, atividades, indicadores, resultados esperados e demais informações constantes no Documento do Projeto⁸, além de considerar a legislação, normas, estudos e documentos já existentes.

As atividades descritas no termo de referência articulam-se também com outras atividades do projeto. Portanto, a CONTRATADA deverá estar disponível para participar de atividades de troca de experiência com outras atividades do projeto, sempre de comum acordo, dentro de uma razoabilidade, das necessidades do contrato específico e sem custos adicionais.

Ao longo do desenvolvimento das atividades, a CONTRATADA deverá documentar as lições aprendidas, as boas práticas e as experiências do processo de gestão e implementação das atividades consoantes no presente termo de referência, conforme orientações dos responsáveis técnicos pelo MCTI e da gestão do projeto no Funbio. O assunto será tratado com a CONTRATADA nas reuniões periódicas definidas neste TdR.

⁸ Para fins desse edital, considera-se o Documento do Projeto o pacote endossado pelo CEO do GEF no dia 17 de agosto de 2023, considerando suas revisões posteriores.

ANEXO 01. Diretrizes para o Plano de Ação de Gênero (GAP na sigla em inglês)

OBJETIVO	AÇÃO	INDICADOR E META PARA O FINAL DO PROJETO
Componente 1: Plataforma integrada de dados climáticos		
Necessidade de dados e indicadores desagregados por gênero para garantir a inclusão de considerações de gênero no DataClima+.	<ul style="list-style-type: none"> Aprovar os aspectos de gênero na estratégia de consulta, comunicação e engajamento com múltiplas partes interessadas. Garantir que os dados no Plano Diretor de Dados sejam obrigatoriamente desagregados por sexo; preparar um relatório com lacunas de dados sempre que tais dados não estiverem disponíveis (a ser incluído como parte do Plano Diretor de Dados). Estabelecer uma linha de base de gênero para medir avanços e identificar áreas de foco. Criar uma lista de verificação prática (“checklist”) sobre como incorporar a perspectiva de gênero nos processos. Identificar e incluir ONGs e instituições com foco em gênero nas atividades de MRV (Mensuração, Relato e Verificação), a serem utilizadas como insumo para a estratégia de engajamento das partes interessadas. Projetar e implementar programas de conscientização e gestão do conhecimento para mulheres, homens e jovens, como parte das atividades de capacitação. 	<p>Indicador G1: Percentual de mulheres no corpo operacional dentro do MCTI responsável por gerenciar o DataClima+.</p> <p>Meta: Pelo menos 50% devem ser mulheres.</p> <p>Indicador G2: O DataClima+ é projetado para captar considerações de gênero nas ações climáticas do Brasil.</p> <p>Meta: Indicador Sim/Não — a meta é Sim.</p>
Garantir a participação e envolvimento ativo de homens e mulheres ao longo das atividades de capacitação.	Buscar equilíbrio de gênero nas atividades de capacitação. Quando isso não for possível, indicar as causas principais e propor ações potenciais (a serem incluídas nos relatórios do PAG).	<p>Indicador G3: Percentual de mulheres participantes nas atividades de capacitação.</p> <p>Meta: Pelo menos 50% dos participantes devem ser mulheres.</p>

OBJETIVO	AÇÃO	INDICADOR E META PARA O FINAL DO PROJETO
Desenvolver capacidades de gênero nas instituições de ensino que receberão treinamento para a criação do mecanismo de capacitação de longo prazo	Revisar entregáveis e fornecer orientações e apoio para a inclusão de considerações de gênero nos produtos de capacitação.	Indicador G4: Número de cursos, módulos de treinamento, oficinas ou outras atividades que incluam considerações de gênero. Meta: Todos os cursos, módulos de treinamento, oficinas ou outras atividades devem incluir temas de gênero.
Componente 2: Módulos aprimorados de transparência climática		
Garantir que os módulos sejam aperfeiçoados para incluir indicadores de gênero.	Desenvolver indicadores de gênero nas ações de enfrentamento às mudanças climáticas, a serem integrados no Plano Diretor de Dados. Estabelecer sistemas de responsabilização para medir a igualdade de gênero no sistema de MRV.	Indicador G4: Percentual de módulos do DataClima+ (incluindo ferramentas, diretrizes e protocolos) que incluem indicadores de gênero. Meta: 100%, ou seja, todos os módulos relacionados à mitigação (incluindo inventários e rastreamento das NDCs), adaptação e meios de implementação incluem indicadores de gênero.
Componente 3: Formulação de políticas nacionais informadas por dados climáticos		
Garantir que o módulo SINAPSE tenha resolução suficiente para capturar e avaliar diferenças de gênero.	Propor indicadores de gênero relevantes para modelagem de trajetórias evolutivas e definição de metas por meio do módulo SINAPSE (componente 3).	Indicador G5: Número de indicadores de gênero no módulo SINAPSE. Meta: Pelo menos quatro indicadores de gênero que respondam às ações e políticas modeladas por meio do SINAPSE.

ANEXO 02. Partes interessadas e envolvimento previsto para engajamento

Uma descrição das principais partes interessadas (*stakeholders*) e seus papéis no projeto CBIT é apresentada na tabela abaixo. Essa lista revisada e provavelmente ampliada, assim como as atividades e o cronograma correspondentes para o engajamento desses atores deverá ser detalhada como parte da estratégia de comunicação e engajamento.

Nome parte interessada	Escopo de trabalho e atividades existentes com potencial para serem alavancadas	Meios e momento do envolvimento; contribuições esperadas para o projeto
Ministérios e agências governamentais		
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	Responsável pelo desenvolvimento e gerenciamento do SIRENE, AdaptaBrasil e SINAPSE; prepara NCs e BURs para a UNFCCC.	Ministério responsável pelo projeto, supervisionando o trabalho da Agência Executora. Nomeia o Diretor Nacional do Projeto e será responsável pela gestão do sistema DataClima+ além da duração do projeto CBIT.
Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA)	Atua como secretário executivo do Comitê Interministerial sobre Mudanças Climáticas e Crescimento Verde (CIMV). Responsável pela futura implementação do SINARE (registro de carbono do Brasil para um futuro mercado local de carbono).	Envolvido em todos os componentes dos acordos de governança do projeto CBIT como membro do Órgão Consultivo do Projeto.
Ministério de Minas e Energia (MME)	Sua competência abrange geologia, recursos minerais e energéticos; utilização de energia hidráulica, mineração e metalurgia; petróleo, combustíveis e energia elétrica, incluindo nuclear. Lidera a elaboração de balanços energéticos e planos de expansão energética.	Envolvido em todos os componentes dos acordos de governança do projeto CBIT como membro do Órgão Consultivo do Projeto.
Ministério das Finanças, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (ministérios anteriormente integrados no Ministério da Economia, ME)	Principais ministérios responsáveis pela formulação e implementação da política econômica brasileira, lidando com uma variedade de questões de política fiscal e monetária. O planejamento participativo e o aprimoramento da gestão pública estão sob a responsabilidade desses ministérios. O antigo Ministério da Economia era a principal entidade fornecedora de informações para parte dos CNs/BURs.	Envolvido em todos os componentes como parte dos arranjos de governança do projeto CBIT como membro do Órgão Consultivo do Projeto. O projeto coordenará o trabalho com o ME, principalmente em relação ao módulo de suporte necessário e recebido do sistema DataClima+.
Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	É responsável por políticas públicas que fomentam a agropecuária, o agronegócio e regulam os serviços correlatos. É responsável pelo Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), uma das principais ações climáticas em execução no Brasil. Também é responsável por inúmeras ações diretamente relevantes para a mitigação e adaptação, como o Zoneamento de Risco Agroclimático, o PROAGRO, o PROAGRO	Envolvido em todos os componentes dos arranjos de governança do projeto CBIT como membro do Órgão Consultivo do Projeto. O MAPA é relevante devido ao seu trabalho no setor LULUCF, especialmente como entidade reguladora de diversas ações setoriais e do seu sistema de M&A correspondente.

Nome parte interessada	Escopo de trabalho e atividades existentes com potencial para serem alavancadas	Meios e momento do envolvimento; contribuições esperadas para o projeto
	Mais, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Garantia-Safra, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), entre muitas outras.	
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Sua missão é auxiliar o Presidente da República na formulação da política externa, assegurar sua implementação, conduzir relações diplomáticas com outros governos estaduais, organizações e organismos internacionais e promover os interesses do Estado e da sociedade brasileira no exterior. Ponto focal da UNFCCC; monitorando o desdobramento do Artigo 6 do Acordo de Paris.	Envolvido em todos os componentes como parte dos arranjos de governança do projeto CBIT como membro do Órgão Consultivo do Projeto. O projeto coordenará o trabalho com o MRE, principalmente em relação ao módulo de suporte necessário e recebido do sistema DataClima+.
Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MDR)	É responsável pela gestão de desastres em áreas urbanas, com planejamento urbano e combate a desastres. Nesse contexto, destaca-se a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) (Lei nº 12.608/2012), que oferece suporte aos municípios para a elaboração de Planos de Redução de Riscos e arranjos institucionais entre as Defesas Cíveis federal, estaduais e municipais. O Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais de 2011 também criou o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), sob gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que monitora as ameaças naturais em áreas de risco nos municípios e emite alertas de risco de desastres hidrogeometeorológicos às defesas civis estaduais e municipais.	MDR será consultado principalmente sobre a disponibilidade de informações em nível regional. Isso também será relevante para as melhorias no módulo de adaptação.
Ministério da Educação (MEC)	Tem como competência a política nacional de educação; educação infantil; educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, médio, superior, a educação de jovens e adultos, profissional e tecnológica, a educação especial e a educação a distância, exceto o ensino militar; avaliação, informação e pesquisa educacional; pesquisa e extensão universitária; ensino e assistência financeira às famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.	O MEC será consultado principalmente em relação ao mecanismo de capacitação a ser estabelecido.
Ministério da Casa Civil (Casa Civil da Presidência da República)	Responsáveis pelo assessoramento direto do Presidente da República na coordenação das ações governamentais, incluindo as de outros ministérios. São também responsáveis por avaliar as propostas legislativas que o Chefe do Executivo encaminha ao Poder Legislativo, além de zelar pela publicação dos atos oficiais do governo.	A Casa Civil se envolverá principalmente na adoção do sistema DataClima+ como plataforma nacional de transparência climática do Brasil.
Ministério da Mulher (MM)	O Ministério da Mulher (MM) é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção das mulheres e dos direitos humanos no Brasil.	Envolvimento em todos os componentes como parte dos arranjos de governança do projeto CBIT como membro do Órgão Consultivo do Projeto. O MN estará

Nome parte interessada	Escopo de trabalho e atividades existentes com potencial para serem alavancadas	Meios e momento do envolvimento; contribuições esperadas para o projeto
		envolvido principalmente em relação ao Plano de Ação de Gênero do projeto.
Ministério da Saúde (MS)	Sua missão é proporcionar condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo agravos, controlando endemias e parasitárias e aprimorando a vigilância em saúde. O Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiágua) é estruturado com base nos princípios SUS e consiste em um conjunto de ações em saúde pública para garantir o acesso à água em quantidade e qualidade suficientes, compatíveis com o padrão de potabilidade, estabelecido na legislação vigente. Como forma de fortalecer a capacidade de resposta do SUS diante de emergências em saúde pública como em caso de desastres, o MS dispõe da Vigilância em Saúde Ambiental de Risco Associado a Desastre (Vigidesastres) no âmbito da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGEMSP) do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e da Vigilância de Emergências em Saúde Pública (CGVAM/DSASTE). O programa promove o desenvolvimento de ações a serem adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para reduzir o risco de exposição da população, da infraestrutura e dos profissionais de saúde aos impactos causados por desastres naturais. O CGEMSP também gerencia o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), que tem como objetivo principal a identificação de emergências em saúde pública de forma contínua e sistemática, e a ampliação da capacidade técnica de resposta a eventos que compõem emergências em saúde pública, incluindo a capacitação de recursos humanos para desenvolver ações de pesquisa, controle e prevenção.	Provedor de dados para os módulos DataClima+, incluindo estudos de vulnerabilidade e impacto; potencial usuário do sistema para o monitoramento de políticas setoriais. O Ministério da Saúde será consultado principalmente sobre melhorias no módulo de adaptação (produto 2.2), particularmente no que se refere à construção de indicadores de vulnerabilidade populacional. Meios de engajamento a serem definidos no plano de engajamento das partes interessadas.
Ministério dos Portos e Aeroportos (MPA); Ministério dos Transportes (MTS) (anteriormente: Ministério da Infraestrutura, MI)	Ministérios competentes em assuntos relativos à política nacional de transporte ferroviário, rodoviário, aquaviário, aeroportuário e aéreo.	Principais partes interessadas e principais utilizadores potenciais do sistema relativamente aos instrumentos de planeamento a desenvolver no âmbito do Componente 3 do projeto.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	Instituto de pesquisa sobre economia e políticas de planejamento do Ministério do Planejamento.	Provedor de dados para os módulos DataClima+, incluindo diversos índices e estudos na área de desenvolvimento econômico. Potencial usuário do sistema (por exemplo, em relação ao impacto de políticas setoriais, incluindo efeitos fiscais e

Nome parte interessada	Escopo de trabalho e atividades existentes com potencial para serem alavancadas	Meios e momento do envolvimento; contribuições esperadas para o projeto
		de distribuição de renda). Meios de engajamento a serem definidos no plano de engajamento das partes interessadas.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	A organização nacional para demografia e estatísticas.	Fornecedor de dados-chave. Meios de engajamento a serem definidos no plano de engajamento das partes interessadas.
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)	O INPE é um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) que produz ciência e tecnologia nas áreas espacial e no ambiente terrestre.	Expertise em desenvolvimento de conteúdo para Comunicações Nacionais, incluindo cenários climáticos e modelos regionais e globais; monitoramento do uso da terra e florestas, com geração de dados para SIRENE, AdaptaBrasil e SINAPSE. Relevante para todos os três componentes técnicos deste projeto CBIT.
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	É uma instituição pública vinculada ao MAPA que realiza pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura e da pecuária.	Provedor de dados para os módulos DataClima+; potencial usuário do sistema para o monitoramento de políticas setoriais nos setores agrícola e florestal. Relevante para todos os três componentes técnicos deste projeto CBIT.
Escritório de Pesquisa Energética (EPE)	O objetivo é apoiar as políticas energéticas do Ministério de Minas e Energia (MME) com estudos e pesquisas sobre planejamento energético abrangendo eletricidade, petróleo, gás natural e seus derivados e biocombustíveis. Seus estudos abrangem as áreas de engenharia, economia, modelagem, política e meio ambiente, e onde elas se sobrepõem.	Provedor de dados para os módulos DataClima+; potencial usuário do sistema para o monitoramento de políticas setoriais no setor energético. Relevante para todos os três componentes técnicos deste projeto CBIT, com ênfase no componente 3 (SINAPSE).
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	Uma agência governamental responsável pelos assuntos indígenas, incluindo o direito legal de demarcar territórios indígenas	Potencial utilizador do sistema para monitorização de políticas setoriais, nomeadamente no que se refere ao módulo de adaptação.
Comitê Interministerial para Mudanças Climáticas e Crescimento Verde (CIMV)	Orienta sobre questões relacionadas a ações, planos e políticas de mudança climática e compromissos nacionais e internacionais. Promove ainda o diálogo com o Congresso Nacional, governos subnacionais, sociedade civil, setor empresarial e setor científico-acadêmico.	Ator-chave para a adoção do sistema.

Nome parte interessada	Escopo de trabalho e atividades existentes com potencial para serem alavancadas	Meios e momento do envolvimento; contribuições esperadas para o projeto
Rede Brasileira de Ensino e Pesquisa (RNP, Rede Brasileira para Educação e Pesquisa)	Com mais de 30 anos de experiência, a RNP é atualmente responsável pelo aprimoramento da infraestrutura de rede nos níveis nacional, metropolitano e local, além de oferecer treinamentos, cursos e serviços de capacitação. A RNP liderará os elementos de design, TI e capacitação do sistema DataClima+.	Parceiro-chave no desenvolvimento do sistema DataClima+ e no fornecimento de capacitação. A RNP liderará os elementos de design, TI e capacitação do sistema DataClima+, todas as melhorias do componente 2 e o resultado 3.1.
Entidades regionais e locais		
Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (todos os estados brasileiros).	Eles formulam e coordenam as políticas dos estados em ciência e tecnologia.	Projeto CBIT envolverá coordenação e consulta com entidades regionais envolvidas em atividades de transparência climática. Isso poderá envolver o estabelecimento de arranjos institucionais necessários para o bom funcionamento do DataClima+. Essas entidades também serão partes interessadas importantes do componente 3, com a expectativa de que utilizem o DataClima+ para elaborar políticas públicas.
Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)	Uma organização da sociedade civil que visa o fortalecimento institucional do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) e do SNRH (Sistema Nacional de Recursos Hídricos).	
Setor Privado		
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	Uma associação empresarial que reúne empresas que respeitam os princípios de sustentabilidade.	O setor privado desempenhará um papel fundamental na identificação dos setores e partes interessadas prioritários com os quais o governo estabelecerá acordos para aprimorar os diferentes módulos do DataClima+, especialmente o SIRENE, referente aos inventários corporativos de GEE. O setor privado também é um usuário-chave de dados para o módulo SINAPSE.
Confederação Nacional da Indústria (CNI)	Tem como missão representar o setor industrial, fomentando um ambiente favorável aos negócios, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável. É a principal organização empresarial engajada na promoção do crescimento e da competitividade da indústria brasileira.	
Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA)	Ela leva as demandas dos agricultores ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e aos Tribunais Superiores.	
Organizações da Sociedade Civil		
Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC)	Facilita a coordenação entre a sociedade civil e o governo em nível nacional. Conscientiza e mobiliza a sociedade para discutir e se posicionar sobre os problemas causados pelas mudanças climáticas.	As organizações da sociedade civil desempenharão um papel fundamental para garantir o desenvolvimento efetivo do DataClima+, garantindo a transparência dos dados climáticos. Espera-se que participem dos programas de capacitação, bem como de reuniões de consulta e validação, intercâmbios e oficinas. Muitas instituições da sociedade civil já foram identificadas e
Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG)	É a principal central sindical dos trabalhadores rurais do Brasil. É composta por 27 federações, que representam aproximadamente 20 milhões de trabalhadores rurais.	
União Geral dos Trabalhadores (UGT)	Uma organização da sociedade civil que representa os sindicatos dos trabalhadores para representar e defender os direitos dos trabalhadores	

Nome parte interessada	Escopo de trabalho e atividades existentes com potencial para serem alavancadas	Meios e momento do envolvimento; contribuições esperadas para o projeto
Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS)	Uma organização da sociedade civil que defende o modelo de uso do solo das reservas extrativistas sustentáveis e de sua população.	espera-se que outras instituições sejam identificadas e contatadas durante a fase de execução do projeto.
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	Organização criada pela Igreja Católica Brasileira em 1972 com o objetivo de lutar pelo direito das comunidades indígenas à preservação da diversidade cultural. Busca fortalecer a autonomia dessas comunidades para construir projetos alternativos, multiétnicos, populares e democráticos, para enfrentar a tendência geral de integração dos povos indígenas à sociedade dominante.	
Instituto Socioambiental (ISA)	Uma ONG brasileira dedicada a questões indígenas.	
Instituto Clima e Sociedade (ICS)	Uma ONG que visa envolver a sociedade civil na implementação de políticas de mudança climática.	
Instituto Patrícia Galvão	A missão do Instituto é contribuir para a ampliação e qualificação do debate público sobre questões críticas que afetam o pleno acesso das mulheres aos seus direitos no Brasil.	
Criola	Organização da sociedade civil para a promoção dos direitos das mulheres negras e a construção de uma sociedade com valores de justiça, equidade e solidariedade	
Academia		
Rede Brasileira de Pesquisa em Mudanças Climáticas (Rede CLIMA)	Uma rede científica com o objetivo de gerar e disseminar conhecimento para enfrentar os desafios inerentes às causas e efeitos das mudanças climáticas globais.	Espera-se que a academia desempenhe um papel fundamental neste projeto CBIT, principalmente para compartilhar dados, pesquisar e participar de atividades de capacitação.
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	É uma entidade civil que tem como objetivo promover o progresso científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento educacional e cultural do Brasil.	
Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC)	Ele funciona como um painel de cientistas brasileiros, semelhante ao IPCC, que emite avaliações científicas confiáveis sobre mudanças climáticas, impactos, vulnerabilidade, adaptação e opções de mitigação.	

ANEXO 03. Catálogo de produtos e serviços – comunicação e engajamento

#	Serviço / produto	Informar valor R\$ por
1	Assessoria de Imprensa	
1.1	Produção e envio de releases: elaboração de comunicados jornalísticos estratégicos para divulgação na mídia.	Unidade
1.2	Relacionamento com a imprensa: gestão de contatos com jornalistas e veículos de comunicação.	Mês
1.3	Clipping de notícias e monitoramento de imagem: coleta e análise de menções da marca ou organização na mídia.	Mês
1.4	Media training: treinamento para porta-vozes com simulações de entrevistas e orientação sobre postura.	Treinamento
2	Comunicação Interna	
2.1	Campanhas de engajamento e cultura organizacional: Planejamento e execução de ações temáticas.	Unidade
2.2	Criação de newsletters, murais e informativos digitais: Conteúdo periódico com foco em informação e alinhamento interno.	Mês
2.3	Eventos corporativos internos: Concepção, organização e cobertura de eventos institucionais.	Unidade
3	Gestão de Redes Sociais	
3.1	Planejamento e gestão de conteúdo institucional: Calendário editorial com foco em branding e engajamento.	Mês
3.2	Criação de posts e artes visuais: Design e redação adaptados às plataformas digitais.	Mês
3.3	Monitoramento e análise de desempenho: Métricas, relatórios e insights.	Mês
3.4	Gestão de crises e relacionamento com o público: Interação e moderação qualificada, inclusive em situações críticas.	Ocorrência
4	Identidade Visual e Materiais Gráficos	
4.1	Criação de logotipo, papelaria e manual de marca: Desenvolvimento da identidade visual da marca.	Unidade
4.2	Desenvolvimento de apresentações institucionais e templates: Produção de slides e documentos com padrão visual.	Unidade
4.3	Criação de folders, cartilhas, e-books e banners: Materiais digitais e impressos com foco informativo ou promocional.	Unidade
5	Planejamento Estratégico de Comunicação	
5.1	Diagnóstico e auditoria de comunicação: Avaliação de canais, fluxos e oportunidades de melhoria.	Unidade
5.2	Elaboração de plano de comunicação: Estratégias, metas, cronogramas e definição de públicos e canais.	Unidade
5.3	Mensagens-chave e alinhamento institucional: Definição de tom, voz e linguagem.	Unidade
6.	Produção de Conteúdo Institucional	
6.1	Textos para sites, blogs e comunicados: Redação alinhada à identidade da marca.	Mês
6.2	Roteiros para vídeos e apresentações: Criação de narrativas institucionais e scripts.	Unidade
6.3	Conteúdos para campanhas de conscientização: Materiais temáticos e educativos.	Unidade
7.	Produção Audiovisual	
7.1	Vídeos institucionais e documentais: Produção completa de audiovisual corporativo.	Unidade
7.2	Cobertura de eventos: Filmagem e edição de eventos internos e externos.	Unidade
7.3	Reels, vídeos para redes sociais e podcasts: Formatos dinâmicos e adaptados a diferentes canais.	Mês
8.	Marketing de Causa e Responsabilidade Social	

#	Serviço / produto	Informar valor R\$ por
8.1	Campanhas de engajamento social e ambiental: Estratégias para comunicar causas relevantes.	Unidade
8.2	Relatórios de sustentabilidade: Criação de relatórios institucionais de impacto socioambiental.	Unidade
8.3	Comunicação de projetos sociais: Divulgação de ações de responsabilidade corporativa.	Unidade
9.	Gestão de Crise e Comunicação de Risco	
9.1	Planejamento e resposta a situações críticas: Ações de comunicação rápida e estratégica.	Ocorrência
9.2	Produção de comunicados e notas oficiais: Redação sensível e institucional para momentos delicados.	Ocorrência
9.3	Suporte a lideranças e media training em crise: Treinamento e orientação para porta-vozes.	Ocorrência
10.	Pesquisa e Diagnóstico de Comunicação	
10.1	Aplicação de pesquisas internas (clima, satisfação, percepção): Coleta e análise de dados para embasar decisões.	Unidade
10.2	Mapeamento de stakeholders: Identificação e análise de públicos estratégicos.	Unidade
10.3	Relatórios com insights e recomendações: Entregáveis prontos para orientar ações.	Unidade
11.	Criação e Gestão de Campanhas	
11.1	Campanhas temáticas institucionais (ex: diversidade, saúde, compliance): Criação de conceitos e execução multicanal.	Unidade
11.2	Planejamento e cronograma de ações: Organização tática e operacional das etapas.	Unidade
11.3	Monitoramento e avaliação de impacto: Análise de resultados pós-campanha.	Unidade
12.	Design e Comunicação Visual	
12.1	Produção de peças para web e impressão: Cartazes, cards, infográficos, gifs, etc.	Mês
12.2	Adaptação para diferentes canais (mídia impressa, redes, intranet)	Mês
12.3	Criação de identidade visual de campanhas	Unidade

ANEXO 04. DOD, DOR e Critérios de aceite

#	Serviço / Produto	DOR (Definition of Ready)	DOD (Definition of Done)	Critérios de Aceite
1.1	Produção e envio de releases	Briefing aprovado com objetivo, público-alvo e mensagens. Informações-chave disponíveis.	Texto redigido, revisado e enviado aos veículos. Relatório de envio incluído.	Aprovado pelo cliente. Confirmação de recebimento dos veículos.
1.2	Relacionamento com a imprensa	Lista de contatos atualizada. Objetivos e pautas definidos.	Contatos realizados, interações registradas.	Frequência de contato atendida. Interação com veículo relevante.
1.3	Clipping de notícias e monitoramento de imagem	Palavras-chave e veículos definidos. Ferramenta configurada.	Clipping entregue com análise qualitativa/quantitativa.	Todas as menções relevantes incluídas. Entrega no prazo.
1.4	Media training	Agendamento confirmado. Briefing com perfil dos porta-vozes.	Treinamento realizado com simulações. Materiais entregues.	Participantes capacitados. Feedback positivo.
2.1	Campanhas de engajamento	Tema definido. Aprovação de público-alvo e objetivos.	Planejamento e execução da campanha. Registros documentados.	Entregas realizadas conforme escopo. Aderência ao cronograma.
2.2	Criação de newsletters, murais e informativos	Frequência e canais definidos. Conteúdo base aprovado.	Conteúdo produzido, revisado e distribuído.	Linguagem adequada. Publicação no prazo.
2.3	Eventos corporativos internos	Briefing com objetivos, público e logística.	Evento organizado, executado e documentado.	Evento realizado conforme planejamento. Satisfação dos participantes.
3.1	Planejamento e gestão de conteúdo	Diretrizes de marca e objetivos definidos. Calendário prévio.	Calendário editorial criado e aprovado.	Conteúdo planejado entregue conforme cronograma.
3.2	Criação de posts e artes visuais	Público e formatos definidos. Briefings disponíveis.	Artes criadas, revisadas e aprovadas.	Alinhamento visual e textual. Postagens entregues ou agendadas.

#	Serviço / Produto	DOR (Definition of Ready)	DOD (Definition of Done)	CrITÉrios de Aceite
3.3	Monitoramento e análise de desempenho	Métricas e KPIs definidos. Acesso às contas.	Relatórios com análise e recomendações.	Indicadores corretamente apresentados. Prazo de entrega cumprido.
3.4	Gestão de crises e relacionamento com o público	Protocolo de crise aprovado. Equipe informada.	Interações monitoradas e respondidas. Plano de ação executado.	Atendimento adequado em tempo hábil. Registros disponíveis.
4.1	Criação de logotipo, papelaria e manual de marca	Briefing completo com identidade desejada.	Logotipo entregue com variações e manual.	Aprovação do cliente. Arquivos em formatos editáveis.
4.2	Apresentações institucionais e templates	Objetivo da apresentação definido. Conteúdo base disponível.	Slides entregues com identidade visual padronizada.	Clareza visual. Formatação profissional.
4.3	Folders, cartilhas, e-books e banners	Tema, público e finalidade definidos.	Materiais diagramados e revisados.	Arquivos prontos para publicação/impressão.
5.1	Diagnóstico e auditoria de comunicação	Acesso a canais, dados e entrevistas aprovado.	Diagnóstico com análise e recomendações entregue.	Documento estruturado. Conclusões claras.
5.2	Plano de comunicação	Informações estratégicas disponíveis. Diretrizes aprovadas.	Plano com metas, ações e cronograma entregue.	Documento coerente, aplicável e aprovado.
5.3	Mensagens-chave e alinhamento institucional	Público, tom e linguagem definidos.	Documento com mensagens principais e orientações.	Consistência com a identidade institucional.
6.1	Textos para sites, blogs e comunicados	Tema, público e palavras-chave definidos.	Texto redigido, revisado e entregue.	Clareza, coesão e conformidade com tom da marca.
6.2	Roteiros para vídeos e apresentações	Objetivo e formato definidos.	Roteiro completo, com falas e cenas, entregue.	Narrativa clara. Aderência ao objetivo do vídeo.
6.3	Conteúdos para campanhas de conscientização	Tema, público e objetivos aprovados.	Conteúdo elaborado, revisado e validado.	Clareza, sensibilidade e impacto comunicacional.

#	Serviço / Produto	DOR (Definition of Ready)	DOD (Definition of Done)	Crerios de Aceite
7.1	Vdeos institucionais e documentais	Roteiro aprovado. Logística de gravação definida.	Vdeo produzido, editado e entregue.	Qualidade técnica e narrativa adequada.
7.2	Cobertura de eventos	Cronograma e recursos definidos. Acesso autorizado.	Captação e edição realizadas.	Material entregue no prazo. Registros completos.
7.3	Reels, vdeos sociais e podcasts	Formato e roteiro definidos. Canais especificados.	Conteúdo dinâmico produzido e editado.	Alinhamento ao estilo da plataforma. Clareza de mensagem.
8.1	Campanhas de engajamento social e ambiental	Tema e objetivos definidos. Aprovação do cliente.	Peças e ações produzidas e veiculadas.	Coerência com a causa. Resultados documentados.
8.2	Relatários de sustentabilidade	Dados e fontes disponívejs. Diretrizes aprovadas.	Relatório estruturado com textos e visuais.	Aderência às boas práticas. Clareza e transparência.
8.3	Comunicação de projetos sociais	Informações do projeto disponívejs. Público definido.	Conteúdo criado e veiculado.	Alcance e compreensão da mensagem assegurados.
9.1	Planejamento e resposta a crises	Diagnóstico e fluxo de resposta definidos.	Plano criado, validado e aplicado em simulação real ou teste.	Agilidade e coerência das ações. Feedback positivo.
9.2	Comunicados e notas oficiais	Contexto e informações validadas. Aprovação da abordagem.	Texto produzido e distribuído.	Linguagem institucional adequada. Prazos respeitados.
9.3	Suporte e media training em crise	Porta-vozes definidos. Agenda de treinamento validada.	Treinamento realizado e documentado.	Clareza nas orientações. Segurança dos porta-vozes.
10.1	Pesquisas internas	Questionário aprovado. Público e canal definidos.	Aplicação e análise realizadas. Relatório entregue.	Dados organizados. Insights útejs.
10.2	Mapeamento de stakeholders	Objetivos claros. Fontes de dados acessívejs.	Stakeholders identificados e classificados.	Relevância das informações. Utilidade estratégica.

#	Serviço / Produto	DOR (Definition of Ready)	DOD (Definition of Done)	Crerários de Aceite
10.3	Relatários com insights	Dados brutos disponívejs. Problema ou foco definido.	Relatário estruturado com recomendações.	Clareza e aplicabilidade. Valor para decisāo.
11.1	Campanhas institucionais temáticas	Tema, objetivos e canais aprovados.	Conceito e peças entregues. Execução multicanal registrada.	Coerência com tema. Resultados mensuráveis.
11.2	Planejamento e cronograma	Briefing completo. Equipe e prazos definidos.	Plano entregue com etapas, datas e responsáveis.	Clareza e viabilidade do cronograma.
11.3	Avaliação de impacto	Indicadores e metas definidos. Ferramenta de análise disponível.	Relatário pós-campanha entregue.	Resultados coerentes. Aprendizados extraídos.
12.1	Peças para web e impressão	Briefing visual aprovado. Canais de publicação definidos.	Peças criadas, revisadas e validadas.	Formatos corretos. Alinhamento ao objetivo.
12.2	Adaptação para diferentes canais	Canais e formatos definidos. Peças-base aprovadas.	Versões ajustadas entregues.	Legibilidade e estética mantidas. Prazos respeitados.
12.3	Identidade visual de campanhas	Tema, público e abordagem definidos.	Identidade desenvolvida e aprovada.	Reconhecimento e coerência visual. Aplicação consistente.

ANEXO 05. Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da CONTRATADA em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE (FUNBIO), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603, Botafogo, CEP 22.270-014, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **<NOME DA EMPRESA>**, sediada em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**, do **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI)** e dos demais parceiros do projeto **DataClima+**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Disseminação de Informação do FUNBIO e na Política de Segurança da Informação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e pelo MCTI e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE, do MCTI e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE e do MCTI.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, MCTI e demais parceiros do DataClima+, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE e pelo MCTI.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE e ao MCTI, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE e/ou pelo MCTI, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros

instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE e o MCTI terão o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE ou pelo MCTI, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiais, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

O CONTRATANTE elege o foro da cidade de Brasília/DF, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div>
TESTEMUNHAS	
<hr/>	<hr/>

<div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>	<div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>
---	---

ANEXO 06. Modelo sugerido de estrutura para currículo.

- Limite de 03 páginas;
- Fonte Times New Roman 10;
- Dados pessoais (nome completo, data de nascimento, endereço, telefones de contato e e-mail);
- Atividade atual;
- Atuação profissional (começar a partir da mais recente), contendo: instituição, local, cargo, ano e tempo de trabalho, vínculo institucional e atividades desenvolvidas;
- Formação acadêmica (começar a partir da mais recente);
- Pós-graduação (instituição, ano, título da monografia/dissertação/tese);
- Graduação (instituição e ano);
- Projetos de pesquisa (se for o caso), com ano, título, local onde se desenvolveu o trabalho, coordenador e instituições envolvidas;
- Produção científica;
- Dados complementares que não se enquadram em nenhum item anterior e que tenham relação com as qualificações exigidas no edital de contratação.